

Deságio reduz dívida externa a US\$ 24 bi

22 NOV 1988

O Governo brasileiro deve aos bancos privados estrangeiros 67 bilhões de dólares, mas a desvalorização da dívida no mercado financeiro internacional reduziu-a para somente 24 bilhões de dólares, o seu valor efetivo devido à impossibilidade de o País pagá-la. A informação é de Sérgio Amaral, chefe da assessoria internacional do Ministério da Fazenda. Apesar disso, o Governo paga juros sobre o total da dívida que deverão alcançar 11 bilhões de dólares, este ano. O próximo passo do Governo, destacou, será o de obter melhores condições de pagamento da dívida, através de mecanismos institucionais que poderão ser negociados diretamente com os países ricos ou as agências oficiais de crédito, o Banco Mundial e o FMI.

Nos próximos dias 11 e 12 de dezembro, serão discutidos pelos oito países devedores latino-americanos (Brasil, Uruguai, Argentina, Peru, Bolívia, Equador, México e Panamá), no Rio de Janeiro, alternativas de negociação com os credores internacionais que poderão ou não se transformar em proposta conjunta, na tentativa de reduzir o estoque da dívida e, portanto, a exportação líquida de capital dos países pobres para os ricos, permitindo aos primeiros direcionar parte dos recursos para o mercado interno, dinamizando suas economias.

As alternativas em discussão são, basicamente, as seguintes: 1 — lançamento de bônus com mecanismo colateral de garantia. Exemplificando: o credor trocaria um título da dívida brasileira em seu poder, de 100 dólares, por outro de 60 dólares. O país

devedor daria como garantia o pagamento através de produto, que poderia ser soja, ouro, etc; 2 — Lançamento de novo título com garantia do Banco Mundial: o Banco compraria a dívida brasileira com deságio e garantiria o pagamento aos credores; 3 — Esta mesma garantia de pagamento poderia ser dada pelos países ricos: no primeiro ano, a garantia seria dada por um determinado país; no segundo ano, por outro e assim em diante; 4 — Securitização da dívida — negociação com deságio natural oferecido pelo mercado com a garantia a ser dada por um país rico, como aconteceu com o México, que teve parte substancial de sua dívida garantida pelo Tesouro Norte-americano, a quem o México pagará após 20 anos de prazo.

Estas alternativas estão sendo propostas, aliás, como admite Sérgio Amaral, pelo próprio mercado financeiro, governos dos países ricos, setores acadêmicos, congresso dos EUA, etc. Além dessas, destacou, o Governo brasileiro estuda propostas adicionais, que Sérgio Amaral negou-se adiantar, argumentando que elas serão discutidas pelos oito países devedores.

Sérgio Amaral ressaltou que não está nos planos do Governo discutir alteração do acordo da dívida externa acertado com os credores internacionais, este ano. Questões contidas no acordo e que, no momento, estão sendo questionadas por representarem fatores de pressão inflacionária sobre a economia, ainda não estão sendo consideradas pelo governo.

Está praticamente descartada a possibilidade de o Governo conseguir recur-

sos novos junto aos bancos privados, interessados em eliminar a dívida junto aos devedores. A alternativa para obter novos recursos restringe-se, agora, ao apelo aos agentes oficiais, junto ao Banco Mundial, no entanto, as negociações estão bastante difíceis. Neste momento, o Governo negocia com o Bird 1,5 bilhão de dólares: 500 milhões de dólares para o setor elétrico; 500 milhões de dólares para a modernização do sistema financeiro e outros 500 milhões de dólares de financiamento comercial.

Nenhum deles está definido: para o setor elétrico, as dificuldades relacionam à transferência da Nuclerbras para a Eletrobras. O Banco Mundial suspendeu as negociações, por entender que o Governo utilizaria parte do empréstimo no setor nuclear. A situação continua indefinida; os recursos negociados para o sistema financeiro deverão ser discutidos, ainda, no âmbito do Congresso Nacional.

A modernização do sistema bancário nacional terá que ser aprovada pelo Congresso e este pode não concordar com a abertura do mercado nos moldes reivindicados pelo Banco Mundial. Os restantes 500 milhões de dólares para o financiamento comercial estão pendentes devido à condicionalidade imposta pelo Bird à alteração na política de meio ambiente, já que o banco está preocupado com a devastação da floresta amazônica. Pressionado pelos seus acionistas — os países ricos — suspendeu negociações com o Governo brasileiro até que este se mostre disposto a conter a devastação ecológica que se verifica no País.